

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2016, do Senador Pastor Valadares, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo, bem como para exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro, e modifica a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para aperfeiçoar a redação dos arts. 1º a 3º.*

Relatora: Senadora **JUÍZA SELMA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2016, do Senador Pastor Valadares, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo, bem como para exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro, e modifica a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para aperfeiçoar a redação dos arts. 1º a 3º.*

No Código Penal, a proposição legislativa prevê penas de seis meses a dois anos para quem induzir ou instigar a gestante à prática do aborto. Haverá uma qualificadora se o agente for médico, farmacêutico ou enfermeiro. A pena será duplicada se a gestante for menor de dezoito anos ou não tiver o necessário discernimento para a prática do ato.

Em outro dispositivo, submete-se a possibilidade de aborto legal no caso de estupro a exame de corpo de delito e comunicado à autoridade



SF/19768.07029-38

policial. A contravenção de anúncio de meio abortivo passa a ser crime apenado com detenção de seis meses a dois anos.

Já na Lei 12.845, de 2013, o projeto de lei restringe os casos de violência sexual aos crimes tipificados no Código Penal abandonando o conceito de “*qualquer atividade sexual não consentida*”, bem como limita o atendimento hoje genericamente referido como “*profilaxia da gravidez*” ao conceito mais estrito de “*procedimento ou medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro*”.

O ilustre Autor, em sua Justificação, argumenta:

Esse o contexto, entendendo ser necessária a punição de todos aqueles que de algum modo contribuem para a prática de tão covardes crimes, apresentamos o presente projeto de lei que criminaliza o induzimento e a instigação à prática do aborto, bem como o anúncio de meio abortivo. Quando crime for praticado por profissional da saúde, é prevista uma pena mais elevada e no caso de o crime envolver menor ou pessoa vulnerável, propomos uma causa de aumento de pena.

Por outro lado, faz-se necessária a criação de um mecanismo que assegure que o chamado “aborto sentimental”, ou seja, aquele praticado por médico em situações de estupro, seja autorizado quando haja prova técnica desse crime e a respectiva comunicação formal às autoridades policiais. Essa medida impede que uma gestante, agindo de má-fé, pratique o aborto, faltando com a verdade perante o médico, bem como estimula que as vítimas de estupro denunciem o crime sofrido.

Dessa forma, a proposição que ora apresentamos também passa a exigir que para a prática do “aborto sentimental”, seja constatado em exame de corpo de delito e seja comunicado à autoridade policial.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos não existirem vícios de constitucionalidade formal ou material na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito penal, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como possui seu autor legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, também do texto constitucional.



No mérito, em linhas gerais, estamos de acordo com as inovações propostas pelo Projeto de Lei nº 460, de 2016.

De fato, o induzimento e a instigação do aborto merecem previsão específica na legislação penal. A realização do chamado aborto sentimental, aquele advindo de um estupro, deve ser decisão da mulher gestante e de mais ninguém.

De igual modo ocorre com o anúncio de meio abortivo. Hoje, pululam na internet propagandas de venda do medicamento abortivo *Cytotec*, cujo princípio ativo é a substância é o *misoprostol*, dentre outros métodos abortivos.

Já no que diz respeito às demais alterações temos nossas reservas. A redação proposta para o art. 128 do CP passa a exigir como requisito para a não punição pela prática do crime de aborto que o estupro seja “*constatado em exame de corpo de delito e comunicado à autoridade policial*”.

É preciso observar que nos casos de estupro a vítima frequentemente se sente envergonhada e desencorajada a procurar as autoridades policiais para informar sobre o crime. Além do preconceito e do estigma que recaem sobre as mulheres estupradas, não raro elas também são revitimizadas quando informam aos parentes, amigos, conhecidos e autoridades públicas sobre a ocorrência do crime. O tipo de roupa que usam, o horário que saem à noite ou o fato de ingerirem bebidas alcoólicas são apontados como fatores que ensejaram a prática do estupro. Ao fim e ao cabo, a vítimas acabam sendo “responsabilizadas” pelo crime sofrido.

É comum, portanto, que as vítimas levem algum tempo para comunicar às autoridades policiais sobre o estupro. Deve-se atentar, todavia, que essa demora (situação, em nossa opinião, bastante compreensível) resulta no desaparecimento dos vestígios de corpo de delito, quando da realização do exame pelo Instituto Médico Legal (IML). Esse o contexto, não nos parece razoável que se puna a realização do aborto decorrente de estupro, quando a vítima não tenha realizado o exame de corpo de delito e comunicado o fato à autoridade policial.

Também as alterações propostas ao texto da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, parecem-nos desarrazoadas porque demais restritivas. No momento em que a mulher é vítima de um estupro ela deve receber



acolhimento do Estado e não ser recebida com desconfianças e o tratamento autoritário típico da atividade policial.

III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Suprimam-se os artigos 2º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2016, renumerando-se devidamente os demais artigos da proposição.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

